

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**JEFERSON TENFEN**

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRODUÇÃO LEITEIRA PARA O  
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC**

**CRICIÚMA/SC**

**2019**

**JEFERSON TENFEN**

**IMPACTOS SOCIECONÔMICOS DA PRODUÇÃO LEITEIRA PARA O MUNICÍPIO  
DE RIO FORTUNA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de ciências econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

**CRICIÚMA/SC**

**2019**

**JEFERSON TENFEN**

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRODUÇÃO LEITEIRA PARA O  
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de ciências econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 02 de julho de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dimas de Oliveira Estevam - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. Max Richard Verginio - Mestrando - (UNESC)

Profa. Giovana Ilka Jacinto Salvaro–Doutora - (UNESC)

A minha família por estar sempre presente e disponível quando necessário, aos amigos da graduação e também aos fiéis amigos de longa data.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram nesta jornada. Meu sincero, muito obrigado:

À UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense – e aos amigos e amigas de lá, que despertaram em mim o prazer pelo saber, e em especial os professores e professoras.

Aos amigos da graduação pelos momentos de estudo e pelos momentos de descontração.

A minha grande amiga Camila, pelas caronas para as e por aturar as reclamações e lamentos durante os anos da graduação.

Ao meu orientador, Dimas de Oliveira Estavam, que sempre foi solícito e atencioso nos auxílios prestados para realização dessa monografia da melhor forma possível.

Aos professores Amauri e Giovana, que sempre estiveram à disposição durante as aulas para auxiliar nas dúvidas que vieram no decorrer do estudo.

E, finalmente, o meu eterno agradecimento àqueles a quem mais grato sou, a minha família, que, cada qual da sua maneira, contribuiu para a minha formação como cidadão e pessoa:

Ao meu pai e minha mãe, Nalésio e Anilde, que financiaram meus estudos e apoiaram minha escolha pelo Curso, além de todo amor que mostraram durante esses 27 anos de convívio, toda a minha gratidão, amor e respeito.

## RESUMO

O presente estudo visa analisar os impactos socioeconômicos da produção leiteira no município de Rio Fortuna/SC. A metodologia de pesquisa foi de natureza descritiva, teórica, documental e de campo. A pesquisa documental foi realizada em bases de dados, tais como o IBGE e a Epagri. Para a pesquisa de campo, foram aplicados questionários junto a um total de 61 agricultores, de famílias residentes no município de Rio Fortuna, que realizam a atividade de pecuária leiteira com fins comerciais. Em linhas gerais, o estudo mostrou um impacto relevante na renda das famílias através da produção leiteira, bem como pode ser considerada uma das principais atividades de geração de emprego e renda na agricultura familiar no município. Outro dado importante levantado através do presente estudo é o fato de toda a produção ser comercializada para os laticínios. Os laticínios ditarem o preço do mercado, sendo as negociações feitas de maneira individual entre produtores e laticínios, não havendo cooperativas de leite atuando nas negociações junto com a produtores.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Atividade Leiteira. Economia catarinense. Economia. Rio Fortuna.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do IDHM de 1991 à 2010 .....	21
Gráfico 2 - Pirâmide etária de Rio Fortuna - 1991 .....	22
Gráfico 3 - Pirâmide etária de Rio Fortuna - 2000.....	23
Gráfico 4 - Pirâmide etária de Rio Fortuna - 2010.....	23
Gráfico 5 - Renda, Pobreza e Desigualdade – Rio Fortuna/SC .....	24
Gráfico 6 – Sexo dos entrevistados/as .....	29
Gráfico 7 – Idade dos/as entrevistados/as .....	29
Gráfico 8 – Estado civil dos/as entrevistados/as .....	30
Gráfico 9 – Escolaridade dos/as entrevistados/as.....	31
Gráfico 10 - Número de hectares em terra própria .....	32
Gráfico 11 -Número de hectares em terra arrendada.....	33
Gráfico 12 – Renda mensal de toda a família .....	34
Gráfico 13– Número de pessoas que residem na propriedade .....	35
Gráfico 14 – Número de pessoas trabalham na propriedade .....	36
Gráfico 15 – Tempo de atuação na atividade leiteira (anos) .....	38
Gráfico 16 - Quantidade de litros de leite produzidos por dia.....	39
Gráfico 17 - Preço do litro de leite vendido.....	40
Gráfico 18 – Renda total da produção leiteira .....	41

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IDHM e seus componentes – Rio Fortuna/SC.....	21
Tabela 2 - Renda, Pobreza e Desigualdade – Rio Fortuna/SC.....	24
Tabela 3 – População ocupada de 18 anos ou mais – Rio Fortuna/SC .....	25
Tabela 4 – População total, Rural/ Urbana – Rio Fortuna/SC .....	26
Tabela 5 – Valor adicionado Bruto a Preços Correntes – Rio Fortuna/SC.....	26
Tabela 6 – Estabelecimentos agropecuários com bovinocultura e bovinocultura de leite, produção e venda leite – Rio Fortuna/SC (2017).....	27
Tabela 7 – Síntese da produção leiteira do município de Rio Fortuna/SC .....	43



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNA Confederação Nacional da Agricultura

CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT Central Única dos Trabalhadores

EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

HA Hectares

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano

PIB Produto Interno Bruto

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAPE Programa de Valorização da Pequena Produção

UFP Unidades Familiares de Produção

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	10
1.1 METODOLOGIA .....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL .....	13
2.2 PRODUÇÃO DE LEITE NA AGRICULTURA FAMILIAR .....	15
2.3 DESAFIOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE LEITE .....	17
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO DE LEITE .....	18
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	20
3.1 Indicadores socioeconômicos de Rio Fortuna/SC.....	20
3.2 Indicadores socioeconômicos das Unidades Familiares de Produção de Leite em Rio Fortuna/SC.....	27
3.2.1 Perfil dos agricultores pesquisados .....	28
3.2.2 Perfil socioeconômico dos estabelecimentos agropecuários pesquisados .....	31
3.3.3 Dados gerais sobre a produção leiteira dos estabelecimentos pesquisados ...	37
4 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE(S) .....	48
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PRODUTORES DE LEITE .....	49

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho problematiza como se deu o desenvolvimento da produção leiteira no município de Rio Fortuna/SC. Visando como as propriedades vêm se transformando em função de uma série de regras estipuladas para a produção desse item, bem como os agricultores vem conciliando outras culturas dentro da propriedade. Além disso ainda a estrutura da propriedade, que na sua quase totalidade se enquadra nos padrões da agricultura familiar.

O tema do presente trabalho são os impactos socioeconômicos da produção leiteira para a agricultura familiar no município de Rio Fortuna/SC.

O problema de pesquisa consiste em apontar quais são os impactos socioeconômicos da produção leiteira no município de Rio Fortuna/SC.

Como objetivo geral, o presente estudo visa analisar quais são os impactos socioeconômicos da produção leiteira no município de Rio Fortuna/SC, para isso foram estipulados cinco objetivos específicos: i) Identificar o número de unidades familiares de produção (UFP) envolvidas com a atividade leiteira comercial no município; ii) Descobrir quantidade de litros de leite produzida e comercializada, bem como o preço pago por litro de leite aos produtores; iii) Verificar como é comercializada a produção de leite (se é direto para a indústria ou passa por cooperativas); iv) Analisar o impacto do setor leiteiro na economia do município.

Para justificar, observamos que nas ciências econômicas temos uma área específica para esse campo de estudo, denominada de teoria da economia rural. Sendo assim, este trabalho vem com intuito de somar e fortalecer essa área de estudo e essa teoria específica. Além de corroborar com estudos já realizados nessa área.

A motivação para fazer essa pesquisa veio na curiosidade de saber um pouco mais sobre o assunto, para estimar qual o impacto dessa atividade no município, já que a principal atividade econômica é a agricultura, sendo a atividade leiteira uma das principais fontes de renda das famílias que vivem na área rural do município.

Outra coisa que me levou a pensar nessa pesquisa foi o fato de ter muitos integrantes da minha família que dependem dessa atividade para sobreviver, sendo

que toda a renda da família vem da agricultura e a produção de leite é a principal atividade desenvolvida.

## 1.1 METODOLOGIA

O presente trabalho foi de natureza descritiva, teórica, documental e de campo. A pesquisa de natureza descritiva consiste na descrição das características de determinada da população, fenômeno ou o estabelecimento de relação entre variáveis na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 1994, p. 45). A pesquisa documental utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1994, p. 73).

Sendo assim, para a realização do estudo, respectivamente, foram utilizados materiais bibliográficos diversificados, tais como livros, artigos, teses e dissertações, dados compilados e disponibilizados pelo IBGE, com a finalidade de analisar os impactos sociais e econômicos que a produção leiteira para a agricultura tem familiar no município de Rio Fortuna/SC. Na pesquisa de campo, foram aplicados questionários (cf. Apêndice A) junto a um total de 61 agricultores, de famílias residentes no município de Rio Fortuna, que realizam a atividade de pecuária leiteira com fins comerciais. A amostra populacional foi calculada com base em uma população total de 398 estabelecimentos produtivos. A fórmula para cálculo do tamanho da amostra para uma estimativa confiável da MÉDIA POPULACIONAL ( $\mu$ ) é dada por:

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 pq}{E^2}$$

Onde:

$n$  = Número de indivíduos na amostra

$Z_{\alpha/2}$  = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.

$p$  = Proporção populacional de indivíduos que pertence a categoria que estamos interessados em estudar.

$q$  = Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria que estamos interessados em estudar ( $q = 1 - p$ ).

E = Margem de erro ou ERRO MÁXIMO DE ESTIMATIVA. Identifica a diferença máxima entre a PROPORÇÃO AMOSTRAL e a verdadeira PROPORÇÃO POPULACIONAL ( $p$ ).<sup>1</sup>

Para chegar ao número de questionários a serem aplicados, foi atribuído o grau de confiança de 90% e um erro amostral de 10%, chegando assim ao número de 61 questionários.

Os questionários foram aplicados pelo próprio pesquisador no decorrer do mês de abril de 2019. A localização dos agricultores foi orientada pelo conhecimento prévio do município e se buscou abranger diferentes comunidades com a concentração de estabelecimentos produtores de leite. Após uma explicação sobre o estudo, os agricultores foram convidados a participar e, com o aceite individual, foi constituída a amostra calculada *a priori*.

A análise dos dados foi realizada a partir de uma abordagem estatística descritiva (GIL, 2010, p. 161). As perguntas elaboradas no questionário e respondidas pelos agricultores foram compiladas individualmente e, posteriormente, foram agrupadas para análise e representação gráfica.

---

<sup>1</sup> Informações disponíveis em Ciência e Cognição:  
<http://www.cienciasecognicao.org/porta1/wp-content/uploads/2011/09/Tamanho-da-Amostra-1-1.pdf>.  
Acesso em: 08 abr.2019.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Desde a sua colonização, o Brasil tem por característica ser um país de população rural. As cidades ou pequenas vilas urbanas formadas durante o período colonial tinham como finalidade abastecer as populações rurais através de pequenos comerciantes que compravam e vendiam certos produtos manufaturados. Tanto que, Conforme Wanderley (2003) em números, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a população urbana ultrapassou a população rural somente no censo de 1970, quando a população rural passou a ser 44,08% da população total do Brasil.

Segundo Wanderley (2003), as discussões, nos anos de 1970, eram em torno de uma perspectiva da modernização de agricultura e da urbanização do meio rural, onde o setor agrícola teria uma relação capital e trabalho semelhante ao modelo industrial, para onde emergiriam os atores sociais desse meio, formando uma demanda de um mercado de trabalho específico.

Jolivet (apud WANDERLEY, 2003) denomina o termo Campesinato ao pequeno camponês, que vivia em uma pequena propriedade junto com a sua família e tirava dessa propriedade produtos necessários para a sua subsistência, levava uma vida tranquila, ao invés de se preocupar com desenvolver as atividades em determinado tempo, deixava que o tempo determinasse as suas atividades.

Wanderley (2003) afirma que, para muitos estudiosos, o campesinato não estava incluso nesse futuro e os camponeses estariam fadados a simplesmente acabar ou a se adaptarem a essa nova realidade que estava sendo observada. O que de fato aconteceu foi que houve sim uma adequação do campesinato, uma modernização dos meios de produção e uma inclusão dessa classe na nova composição socioeconômica global.

Segundo Schneider (2014), o surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil são muito recentes e se deve a três fatores de igual

importância. O primeiro fator é a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura. O segundo, o papel dos mediadores e intelectuais, principalmente cientistas sociais, que debateram o tema no início da década de 1990. O terceiro, o papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer e dar visibilidade a esse setor, sobretudo, após a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Esses três fatores, conforme esclarece o autor, também se desenvolvem em três fases:

A primeira fase é o (re) descobrimento da agricultura familiar, que pode ser datada de 1990 até 1995, sobretudo pela retomada da afirmação política da expressão agricultura familiar, tanto nos movimentos sociais sindicais, como na academia.

No que diz respeito aos movimentos sindicais, Schneider (2014) enaltece que estes ganharam força no cenário político nacional com o fim da ditadura, lutando principalmente por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural. Essas conquistas já vinham desde 1990, mas foi a partir do *impeachment* do presidente Collor, sobretudo no período de transição (1992 a 1994), que os movimentos sociais rurais ganharam força, principalmente, o movimento sindical, levando a criação do PRONAF e a lei da agricultura familiar.

Segundo Schneider (2014), a abertura democrática do início dos anos de 1990 fez com que a vertente sindical majoritária ligada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) perdesse espaço na representação política frente a outras forças sindicais, como por exemplo, o movimento sem terra, o que fez com que se aliasse com outras frentes sindicais emergentes ligados a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A CONTAG foi um movimento sindical que apoiou o governo de transição de Itamar Franco, o que logrou a conquista de uma secretaria especial para o desenvolvimento rural, dentro do Ministério da Agricultura, e o início de programas sociais voltados à agricultura familiar, como o programa de valorização da pequena produção (PROVAPE), que foi o embrião do PRONAF.

A segunda fase tem início com o PRONAF, a partir de 1996 até 2006, com a criação da Lei 11326 de 24 de julho de 2006, também conhecida como a lei da agricultura familiar, onde a agricultura familiar se consolida como um ator social e

passa a ter a destinação da maioria dos recursos de políticas públicas e programas sociais para o desenvolvimento rural.

Entre os vários desdobramentos que a Lei da agricultura familiar proporcionou, destaca-se a realização de um levantamento estatístico censitário, através do Censo Agropecuário de 2006, que com base na definição legal, segmentou o universo dos estabelecimentos agropecuários entre familiares e não-familiares, o que permitiu conhecer em profundidade e rigor as características das unidades familiares do agro brasileiro. (SCHNEIDER, 2014, p.28).

A terceira fase data de 2006 até os momentos atuais, após a publicação do caderno do censo agropecuário, que abriu um ponto de discussão sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural do Brasil. Para Schneider (2014), a partir da divulgação dos dados do Censo, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que é o movimento sindical representante dos agricultores não sindicais, passou a indagar que havia um número expressivo de agricultores enquadrados no PRONAF, que tinha uma produção agrícola pouco expressiva, e iniciaram os questionamentos com relação aos repasses de recursos via PRONAF e se eram viáveis, uma vez que havia repasses expressivos para muitas propriedades e que traziam baixa produtividade e conseqüentemente baixo valor monetário.

Para Wanderley (2003), existe certa dificuldade, na visão teórica, de definir o termo agricultura familiar, que se difundiu no Brasil, principalmente, depois da implantação do PRONAF. Para alguns teóricos, a adoção do termo se dá pelo fator operacional adotado pelo programa, que propõe uma tipificação dos beneficiários em função da capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar é o termo que se dá aos pequenos produtores rurais que tem uma capacidade de adaptação às modernas exigências do mercado em oposição aos demais.

## 2.2 PRODUÇÃO DE LEITE NA AGRICULTURA FAMILIAR

A produção leiteira vem sendo de fundamental importância para manter uma renda mensal para os pequenos agricultores familiares e vem sofrendo algumas mudanças significativas nos últimos anos.

A cadeia produtiva do leite no Brasil tem experimentado mudanças consideráveis e transformações técnicas, operacionais e institucionais, sobretudo a partir dos anos finais da década de 1990, através da mudança



de estratégias e de políticas governamentais para o desenvolvimento do setor. Todas essas alterações provocaram reações e adaptações no ambiente institucional da cadeia produtiva, interferindo diretamente no contexto comercial, estrutural e organizacional do setor lácteo brasileiro". (OLIVEIRA; SILVA, 2012, p.706).

Estes cenários de mudanças levam a fazer questionamentos de como se comportam os agentes que estão envolvidos nesse meio, como eles são afetados, tanto socialmente quanto economicamente, sobretudo os agricultores familiares que são responsáveis pela maior parte dessa produção.

A cadeia de pecuária leiteira é um setor relevante para a economia na geração de emprego e renda, segundo o IBGE (2018), somente no ano de 2017, a produção foi cerca de 33,7 Bilhões de litros, o que gerou cerca de R\$37,1 bilhões, sendo as regiões sul e sudeste as principais produtoras com 35,7% e 34,2% da produção respectivamente. A região sudeste é a que detém o maior rebanho, possui 30,7%, já em produtividade o Sul está na frente com a média de 3284 litros por vaca ao ano. A agricultura familiar corresponde a algo em torno de 60% dessa produção, segundo levantamento do Ministério da Agricultura.

Segundo Oliveira e Silva (2012), por um lado, a produção, leiteira na agricultura familiar, pode significar a soberania da família, pois além de fornecer o produto, também é responsável pelo ingresso de uma fonte de renda monetária mensal, ou seja, a família do agricultor pode manter uma despesa mensal, como qualquer outra família e ainda proporciona uma forma de ter um capital de giro para custear outras atividades que podem ter rendimentos sazonais.

Por outro lado, para Oliveira e Silva (2012), a atividade leiteira, também demanda uma quantidade considerável de mão de obra, seja na manutenção das instalações, tratamento e alimentação do rebanho, ordenha. Por conta disso, parte das famílias, principalmente as mais numerosas, vê a necessidade de, além de estarem sempre se aperfeiçoando tecnicamente, diversificar o uso da propriedade para buscar diversificar as fontes de renda e também buscar formas de ocupação produtiva para os filhos. Alguns exemplos dessa diversificação são a produção dos hortifrutigranjeiros, suinocultura, piscicultura, fruticultura.

Historicamente, para Magalhães (2009), a atividade leiteira é considerada feminina na cadeia produtiva da agricultura familiar, por ser uma função que não exige muita força física, porém com a importância que a atividade vem ganhando na renda da família, atividade passou a ser exercida, na sua parte comercial, pelos

homens, fazendo crescer a desigualdade nas atividades do campo entre homens e mulheres. Segundo Magalhães (2009), enquanto a atividade leiteira era de subsistência, era exercida pelas mulheres, com a passagem da atividade para a comercialização os homens passaram a comandar essa cultura também. No estudo realizado por Magalhães (2009), foi observado que as mulheres eram responsáveis pela ordenha dos animais e da produção para a propriedade, enquanto os homens cuidavam da produção quando se tratava de assuntos fora da propriedade, como por exemplo, preços para a venda ou negociações de animais e de insumos para a produção, contatos com técnicos, cursos entre outras atividades.

### 2.3 DESAFIOS DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE LEITE

Os desafios que cercam a produção leiteira são grandes para os próximos anos. Os próximos parágrafos trarão um pouco acerca destes desafios.

A reorientação do leite, um produto tradicional de subsistência em direção ao mercado, aconteceu não só em circunstâncias em que a regulação e as preferências do consumidor não ofereceram barreira a tal transição, como também à margem do apoio e incentivo de políticas públicas. A tradição na produção de leite, mesmo que para o consumo familiar, facilitou a expansão da atividade, não determinando custos de entrada incompatíveis com os recursos locais. (FERRARI et al., 2005, p.23)

No estudo realizado por Ferrari et al. (2005), no sul do país, a maioria dos agricultores que participaram desse movimento, no entanto, estava descapitalizada, sobretudo pela suinocultura. Desse modo, os recursos para novos investimentos se tornam difíceis, uma vez que a renda oriunda da produção leiteira ainda é baixa e precisa ser usada na manutenção da propriedade. Uma forma de resolver seria via crédito, mas é aí que o governo deveria agir com políticas públicas, mas que, por causa de *lobby* de grandes produtores não familiares, que possuem produção em larga escala, deixa a desejar.

A baixa disponibilidade de terra, comum na agricultura familiar do Sul do Brasil, impõe limites claros na escala de produção de leite à base de pasto. Segue daí que, para efetivamente orientar as políticas setoriais para o público familiar, é indispensável vincular o acesso às mesmas a um limite máximo de escala de produção. (FERRARI et al., 2005, p.31).

Para Ferrari et al. (2005), a baixa produtividade, atrelada ao fato de não se conseguir um ganho de produção em escala, faz com que os custos da produção se elevem, tendo em vista que o Brasil está praticamente autossuficiente na produção de leite e sem perspectivas para um setor exportador, esses produtores que estão à margem de preços competitivos não irão conseguir concorrer nesse mercado.

Além da disputa de preços, tem ainda a questão de órgãos regulatórios e de vigilância sanitária:

A principal ameaça é a Instrução Normativa 51 (IN 51), que estabelece um novo quadro regulatório para a atividade no Brasil, devido aos altos custos que os agricultores terão para se adequar a essas normas. Essa Instrução está diretamente relacionada à disputa do mercado nacional por dois segmentos: a produção capitalizada, especializada, de grande escala e a produção à base de pasto, de pequena escala, intensiva em trabalho familiar e com baixo grau de capitalização, mas altamente competitiva em custos de produção. Outras causas de exclusão são a transferência de renda dos produtores de menor para os de maior escala, via tabela de bonificação, a frágil situação econômico-financeira da maioria dos estabelecimentos dos agricultores familiares e dificuldade de acesso à assistência técnica, ao crédito e escassos recursos para pesquisas em agricultura familiar, em especial para os mais descapitalizados. (FERRARI et al., 2005, p.35).

Para não se ter uma extinção massiva de pequenos produtores da cadeia da pecuária leiteira, alguns temas podem ser discutidos, como por exemplo, um estudo para não implementar a IN 51 como uma política punitiva aos agricultores familiares. Argumenta-se acerca da necessidade de dar um tempo para que os investimentos feitos para a adequação possam se pagar e o agricultor não precise se endividar para tal. A agricultura familiar no Brasil é um exemplo em qualidade de produtos, não deve ser impedida por conta de pressões dos grandes agricultores não familiares.

## 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO DE LEITE

Mudanças importantes vêm ocorrendo nos últimos 30 anos no que se trata de políticas públicas e datar um início é um pouco complicado, mas é possível usar como um marco a implantação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), tendo em vista que novas relações entre o Estado e a população surgiram, novos atores sociais ganharam estado de direito, inclusive, no meio rural.

Como protagonista de muitas dessas mudanças, encontra-se a agricultura familiar, uma categoria social que passou ser reconhecida, como visto, pelo Estado, apenas em meados dos anos de 1990. E com a criação do PRONAF em 1995, começou a se perceber uma série de outras medidas que necessitariam ser tomadas e uma série de políticas que precisariam ser exercidas.

Historicamente, a agricultura familiar ou “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no País. (Schneider, 2014, p.126).

Segundo Grisa e Schneider (2014), desde os anos de 1950, as políticas públicas eram voltadas para os médios e grandes agricultores, que produziam *commodities* para fins de exportação. Porém, com a crise no período militar e as dificuldades das importações de produtos para o Brasil, grupos de resistência e de lutas pela causa dos pequenos agricultores, como por exemplo a reforma agrária, começaram a se tornar maiores e a ganharem mais força política, embora, somente depois da abertura democrática é que realmente esses grupos conseguiram efetivamente serem ouvidos.

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

#### 3.1 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE RIO FORTUNA/SC

Segundo o IBGE, o município de Rio Fortuna está situado na região sul do estado de Santa Catarina, na microrregião de Tubarão, foi instalado no ano de 1958. Sua área total é de 301,26 KM<sup>2</sup>. Colonizada por imigrantes alemães por volta de 1860, entre estes que pode-se citar Geraldo Tenfen, Georg Ludwig Bechtold, CristovãoSchmoeller. A figura 1 traz o mapa com a localização do município.

Imagem 1 - Mapa de Santa Catarina com o município de Rio Fortuna



Fonte: Ciasc (2019)<sup>2</sup>.

Dados do censo do IBGE de 2010 apontam o município com um dos maiores Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Brasil. O IDHM leva em consideração fatores como educação, renda e expectativa de vida. É medido de 0 a 1, sendo que 0 é o pior valor do índice e 1 o melhor.

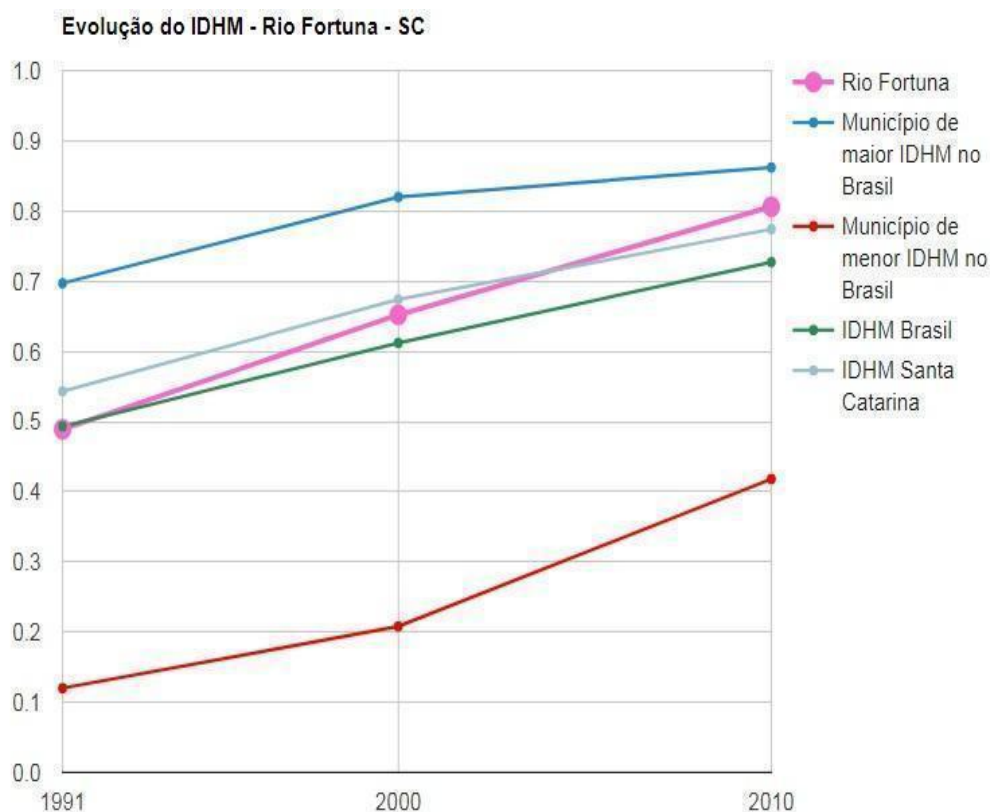
O município de Rio Fortuna possui o IDHM de 0,806, que pela classificação do IBGE corresponde como muito alto, ocupa a 25<sup>a</sup> posição entre os

---

<sup>2</sup>Disponível em: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml>. Acesso em: 15 mai.2019.

5.565 municípios brasileiros, segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço). Como mostra o gráfico.

Gráfico 1- Evolução do IDHM de 1991 à 2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Na tabela 1, é possível ver como é medido cada indicador e ver a evolução de cada um durante o período analisado.

Tabela 1– IDHM e seus componentes – Rio Fortuna/SC

<b>IDHM e components</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	0,266	0,503	0,727
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	21,26	30,21	51,45
% de 5 a 6 anos na escola	30,47	84,85	97,67
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	37,18	78,2	100
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	35,3	62,18	76,69
% de 18 a 20 anos com médio completo	15,97	34,82	70,74
<b>IDHM Longevidade</b>	0,784	0,823	0,85
Esperança de vida ao nascer	72,06	74,37	75,98
<b>IDHM Renda</b>	0,559	0,668	0,848
Renda per capita	259,5	511,55	1570,51

Fonte: IBGE (1991; 2000, 2010).

O que mais chamou a atenção na evolução do IDHM do município foi os indicadores de educação com a maior taxa de crescimento, seguido da renda per capita, a longevidade sempre foi um fator de grande contribuição. Em 20 anos, sempre foi o melhor indicador do índice para o município.

O IDHM do município passou de 0,489, em 1991, para 0,806, em 2010, enquanto o IDHM do estado de Santa Catarina passou de 0,543 para 0,774. Uma taxa de crescimento de 64,83% para o município e 42% para o estado. No município, o componente cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,461), seguida por Renda e por Longevidade.

Entre 2000 e 2010, a taxa de envelhecimento, de 7,20% para 9,56%. Em 1991, esse indicador era 6,05%.

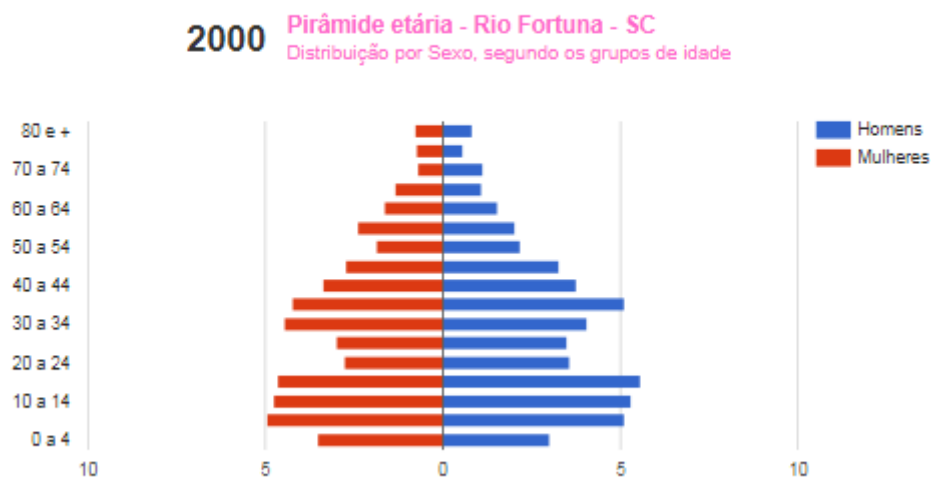
Os gráficos 2, 3 e 4 apresentam a estrutura da pirâmide etária do município.

Gráfico 2- Pirâmide etária de Rio Fortuna - 1991



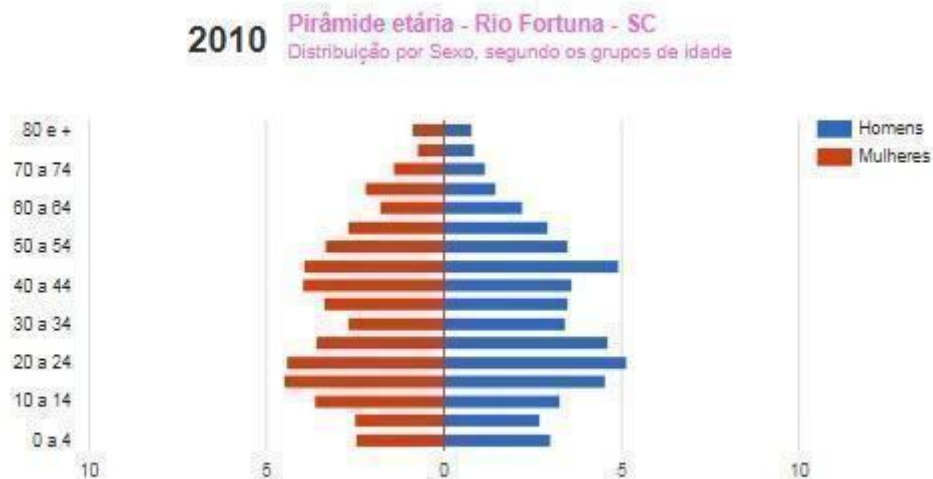
Fonte: IBGE (1991).

Gráfico 3- Pirâmide etária de Rio Fortuna - 2000



Fonte: IBGE (2000).

Gráfico 4 - Pirâmide etária de Rio Fortuna - 2010



Fonte: IBGE (2010).



O envelhecimento da população do município pode ser explicado pelo aumento da expectativa de vida e diminuição da taxa de natalidade.

A renda per capita média do município de Rio Fortuna cresceu 505,21% no período analisado, passando de R\$ 259,50, em 1991, para R\$ 511,55, em 2000, e para R\$ 1.570,51, em 2010. Isso é equivalente a uma taxa média de crescimento anual no período, de 9,94%. A taxa média anual de crescimento foi de 7,83%, entre 1991 e 2000, e 11,87%, entre 2000 e 2010. A proporção de população pobre, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 41,26%, em 1991, para 9,16%, em 2000, e para 0,37%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser apresentada através do Índice de Gini, que passou de 0,53, em 1991, para 0,45, em 2000, e para 0,56, em 2010.

O índice de Gini é usado para medir a concentração de renda. Ele aponta a diferença entre a renda dos mais pobres e dos mais ricos. É medido entre 0 e 1, sendo que zero representa a total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e 1 representa a total desigualdade, ou seja, uma única pessoa detém toda a renda do lugar.

A tabela 2 apresenta a evolução dos indicadores de renda do município.

Tabela 2- Renda, Pobreza e Desigualdade – Rio Fortuna/SC

<b>Anos</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Renda per capita	R\$ 259,50	R\$ 511,55	R\$ 1.570,51
% de extremamente pobres	19,73%	1,46%	-
% de pobres	41,26%	9,16%	0,37%
Índice de Gini	0,53	0,45	0,56

Fonte: Censos Populacionais - IBGE (1991; 2000; 2010).

A população pobre ou extremamente pobre diminuiu substancialmente chegando em 2010 a ser praticamente inexistente, o Índice de Gini do município passou de 0,53 de 1991 para 0,45 em 2000 e voltou para 0,56 em 2010, houve então um pequeno aumento na desigualdade de renda da população.

Na tabela 3 são apresentados dados de emprego e renda.

Tabela 3– População ocupada de 18 anos ou mais – Rio Fortuna/SC

<b>Anos</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	76,6	86,9 3
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	2,06	0,88
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	34,1 9	44,5 1
<b>Nível educacional dos ocupados</b>		
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	33,7 6	54,6 9
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	16,0 2	37,3 6
<b>Rendimento médio</b>		
% dos ocupados com rendimento de até 1 salários mínimos - 18 anos ou mais	49,6 6	19,1 1
% dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos - 18 anos ou mais	78,3 4	66,9 2
% dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimos - 18 anos ou mais	93,5 2	93,3 7

Fonte: Censos Populacionais - IBGE (2000; 2010).

Entre 2000 e 2010, o percentual da população que era economicamente ativa ocupada passou de 76,60% em 2000 para 86,93% em 2010. Ao mesmo tempo, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada passou de 2,06% em 2000 para 0,88% em 2010.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 51,40% trabalhavam no setor agropecuário, o que explica o baixo grau de formalização dos ocupados, já que na agricultura familiar não há a formalização por carteira assinada, 0,17% na indústria extrativa, 13,64% na indústria de transformação, 2,39% no setor de construção, 0,49% nos setores de utilidade pública, 8,47% no comércio e 19,05% no setor de serviços.

Destaque também para o percentual da população ocupada que recebe até 5 salários mínimos, é de 93,37% e os que recebem até 1 salário mínimo é de 19,11% o que explica o bom índice de gini.

O município, embora, tenha uma extensão territorial relativamente grande, possui uma população de 4446 pessoas, segundo o IBGE, pelo censo populacional de 2010, a maior parte dessa população vive em área rural, fazendo das atividades de agropecuária atividades fundamentais para a renda da população. A tabela 4

mostra como ocorreu a evolução da população residente na área rural e na área urbana do município.

Tabela 4– População total, Rural/Urbana – Rio Fortuna/SC

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
<b>População total</b>	4.316	100	4.543	100	4.446	100
<b>População urbana</b>	1.000	23,17	1.213	26,7	1.523	34,26
<b>População rural</b>	3.316	76,83	3.330	73,3	2.923	65,74

Fonte: Censos Populacionais - IBGE (2000; 2010).

O que os dados apontam é que a população rural vem diminuindo nos últimos anos, essa redução pode se dar pelo fato de que os jovens da área rural estão saindo das propriedades em busca de oportunidades na cidade, ou também, por mudanças no plano diretor do município, que pode ter transformado áreas que eram rurais em urbanas por conta da lei municipal. Mesmo com esses fatores, a população rural ainda é de 65,74%. Esse número aponta a importância que essa população tem para o município.

A tabela 5 aponta o Produto Interno Bruto (PIB) do município por setores. O mais recente disponível é do ano de 2016.

Tabela 5– Valor adicionado Bruto a Preços Correntes – Rio Fortuna/SC

Agropecuária	R\$ 50.143.400,00
Indústria	R\$ 107.262.530,00
Serviços – exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 41.568.980,00
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	R\$ 21.745.830,00
Total	R\$ 220.720.750,00

Fonte: IBGE (2017).

O setor agropecuário representa R\$ 50.143.400,00(22,71%) do valor adicionado bruto do município, é o segundo setor mais importante. Perde apenas a indústria, que representa R\$107.262.530,00(48,59%). O setor de serviços excluindo

administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social representa R\$41.568.980,00 (18,83%). Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social representa R\$21.745.830,00 (9,87%) do total de R\$ 220.720.750,00 de valor adicionado bruto.

### 3.2 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO DE LEITE EM RIO FORTUNA/SC

O tópico de análise sobre os indicadores socioeconômicos das Unidades Familiares de Produção(UFP) de Leite em Rio Fortuna/SC será apresentado de acordo com os dados gerais do município, com base nas sínteses preliminares do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, assim como a partir das informações obtidas e analisadas por meio dos questionários (modelo anexo) aplicados junto a um total de 61 produtores.

A tabela 6 foi elaborada com base no Censo Agropecuário (2017) e traz informações relativas ao número de estabelecimentos agropecuários, área total (ha), número de estabelecimentos agropecuários com bovinocultura, rebanho bovino total, vacas reprodutoras (mais de dois anos), área de pastagem (ha), número de estabelecimentos agropecuários com bovinocultura de leite, vacas ordenhadas, produção de leite no ano e produção vendida no ano.

Tabela 6– Estabelecimentos agropecuários com bovinocultura e bovinocultura de leite, produção e venda leite – Rio Fortuna/SC (2017)

Município	Rio Fortuna
Número de estabelecimentos agropecuários no município	732
Área total em ha	21.701
Número de estabelecimentos agropecuários com bovinocultura	626
Rebanhobovino total	22.198
Vacas reprodutoras mais de 2 anos	11.511
Área de pastagem em ha	7.757
Número de estabelecimentos agropecuários com bovinocultura de leite	398
Vacas sendo ordenhadas no ano(cabeças)	6.941
Produção de leite no ano (1000 litros)	28.088
Produção de leite vendida no ano (1000 litros)	27.580

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017).

O município de Rio Fortuna/SC possui um total de 732 estabelecimentos Agropecuários. A área total em hectares (Ha) destes estabelecimentos é de 21.701. Destes 732 estabelecimentos, 626, ou seja, aproximadamente 85,5% tem em suas atividades a bovinocultura e os estabelecimentos com bovinocultura de leite são 398, equivalente a praticamente 54% do total de estabelecimentos agropecuários e a aproximadamente 63,5% dos estabelecimentos com bovinocultura. A área de pastagem que serve como alimentação para os bovinos ocupa uma área de de 7.757 hectares, o que representa aproximadamente 35,75% do total da área agropecuária do município.

O rebanho bovino total do município é de 22.198 animais, dos quais 11.511 são vacas reprodutoras com mais de 2 anos, representando aproximadamente 52%. O total de vacas ordenhadas foi de 6.941, o que corresponde a aproximadamente 31,25% do total de bovinos do município.

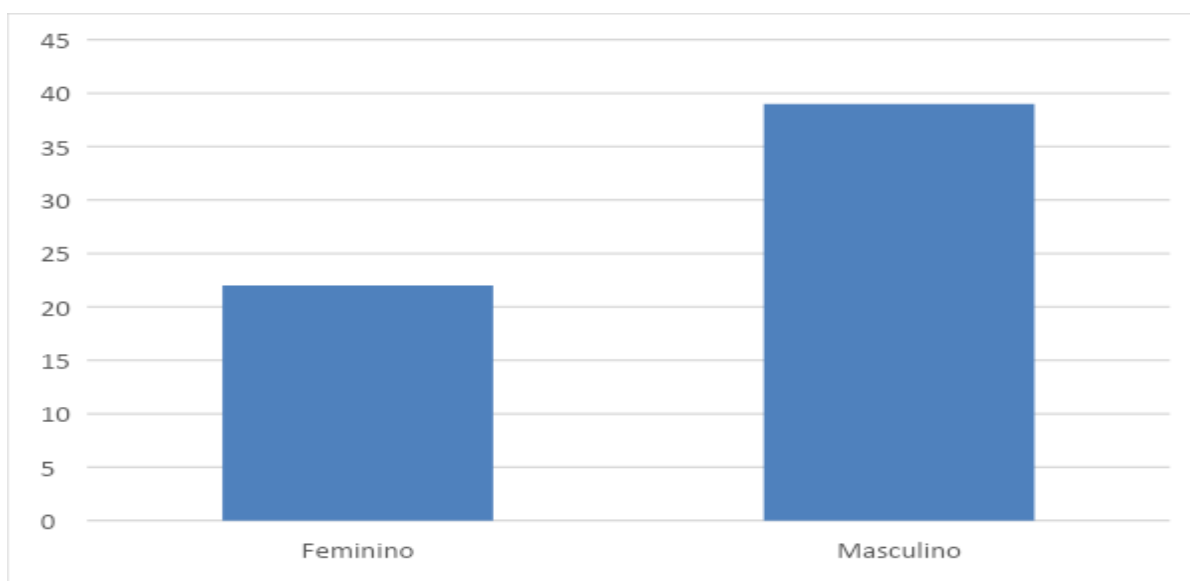
O total de litros de leite produzidos pelo município, no ano de 2017, foi de 28.088.000, dos quais foram vendidos 27.580.000, um total de 98,20%. A média de produção por vaca ordenhada por ano foi de 4.046,67915 litros.

As informações apresentadas na sequência são relativas aos 61 estabelecimentos agropecuários pesquisados, especificamente, no que se refere aos perfis socioeconômicos dos agricultores e dos próprios estabelecimentos, além de indicadores de produção (quantidade média), preço estimado, receita total e participação da renda total da família.

### **3.2.1 Perfil dos agricultores pesquisados**

Nos próximos parágrafos, são apresentados dados relacionados ao perfil dos 61 agricultores que foram entrevistados. O gráfico 5 mostra a representação gráfica com relação ao sexo dos/as entrevistados/as.

Gráfico 5– Sexo dos entrevistados/as

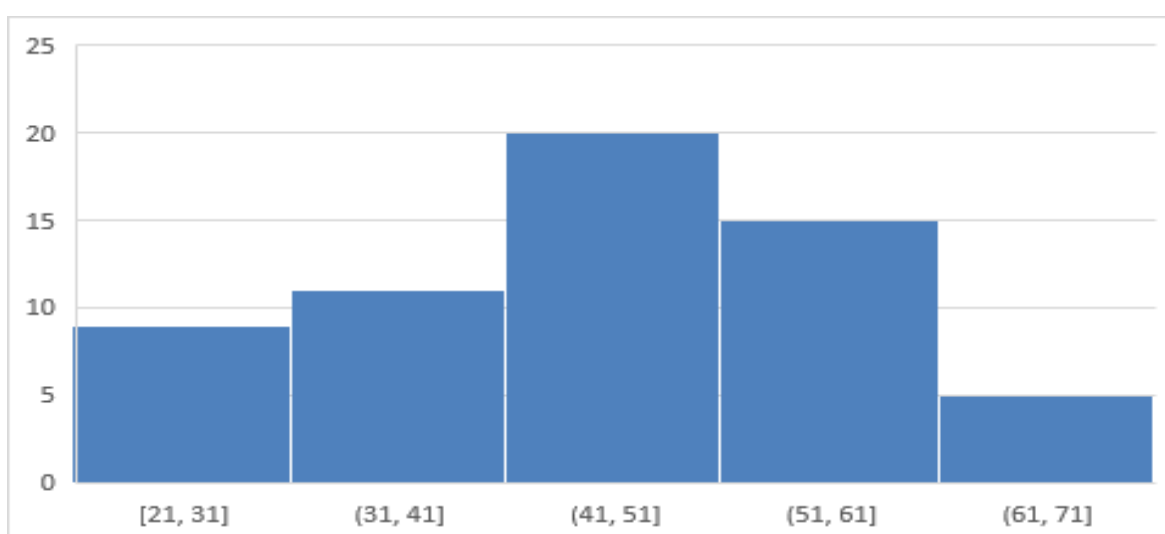


Fonte: Pesquisa de campo (2019).

O gráfico 5 mostra que 39 dos 61 entrevistados, aproximadamente 64%, são do sexo masculino, enquanto 22, aproximadamente 36% são do sexo Feminino. Esse dado não corresponde necessariamente a pessoa que administra a atividade leiteira na propriedade e sim ao familiar que se dispôs a responder o questionário.

O gráfico 6 apresenta a idade dos/as entrevistados/as.

Gráfico 6– Idade dos/as entrevistados/as

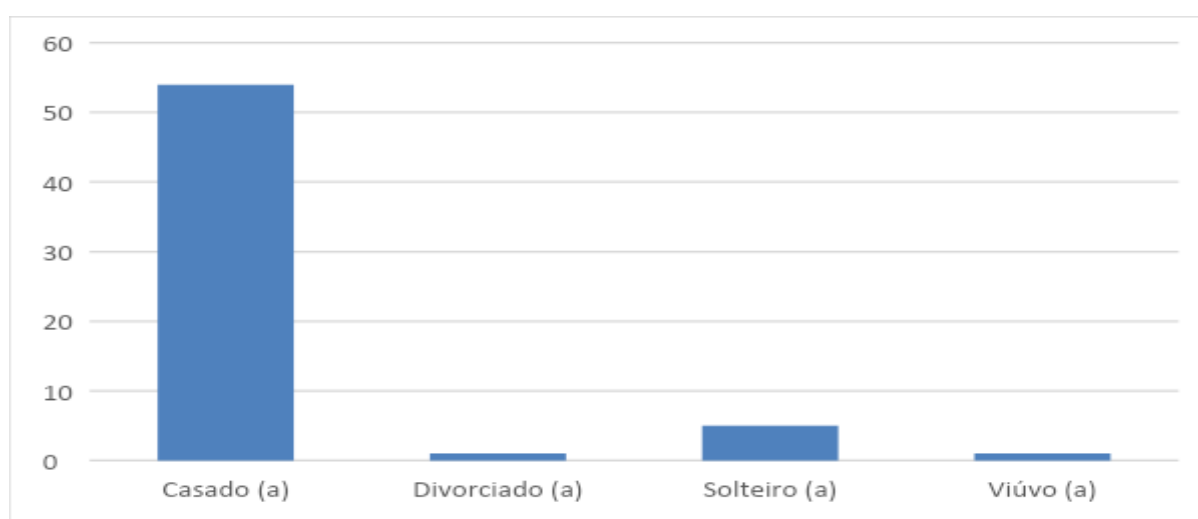


Fonte: Pesquisa de campo (2019).

O que chama muita a atenção no gráfico 6 é que a grande maioria, 35 dos entrevistados, aproximadamente 57%, estão com idade superior a 41 anos até 61 anos. O fato pode ser explicado considerando que a população do município, conforme visto em dados anteriores, vem envelhecendo ao longo dos últimos 30 anos. Os entrevistados que têm idades entre 21 e 41 anos representam 20 do total pesquisado, aproximadamente 34%. Enquanto os que têm idade superior a 61 anos até 71 anos são 5 do total, aproximadamente 9%.

O gráfico 7 traz as informações referentes ao estado civil dos entrevistados/as.

Gráfico 7– Estado civil dos/as entrevistados/as

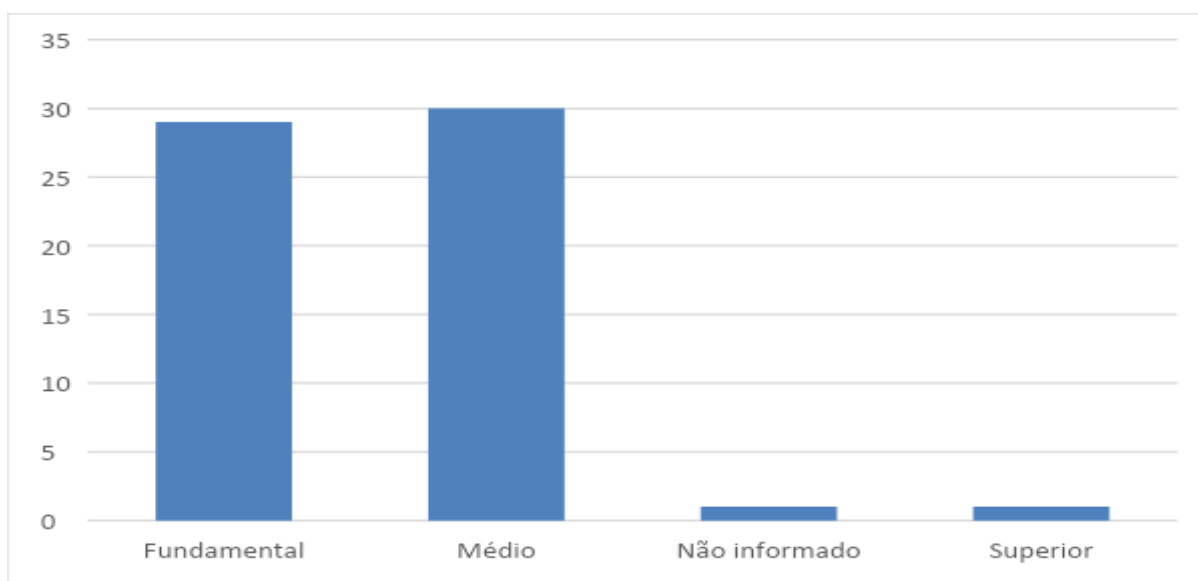


Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Como se pode observar no gráfico 7, a maioria dos entrevistados é casado(a), o que representa 88,5% (54) do total de entrevistados; 5 do total é solteiro(a), 8,5%; 1 é divorciado(a) e 1 viúvo(a) 1, representam 1,5% cada.

O gráfico 8 mostra informações acerca da escolaridade dos entrevistados.

Gráfico 8– Escolaridade dos/as entrevistados/as



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

De acordo com gráfico 8, observa-se que a maior parte dos entrevistados(as) possui o ensino médio, o que representa 30 entrevistados, cerca de 49%. O Ensino Fundamental, de igual modo, foi representativo do total, sendo que correspondeu a 29 do total de entrevistados, aproximadamente 47,5%. Apenas um entrevistado tem escolaridade ensino superior. Um dos entrevistados não informou a escolaridade.

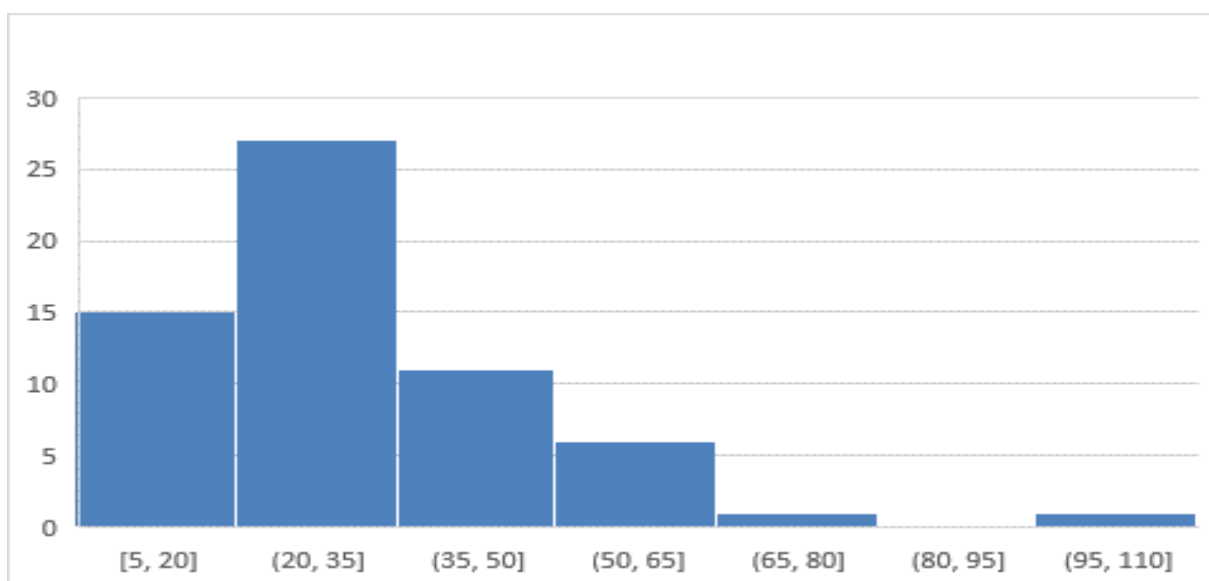
### 3.2.2 Perfil socioeconômico dos estabelecimentos agropecuários pesquisados

Nos parágrafos que seguem são apresentados dados referentes aos estabelecimentos pesquisados com base nas respostas dos entrevistados.

O gráfico 9 apresenta dados com relação ao tamanho da propriedade em hectares utilizado pelos estabelecimentos pesquisados, que são terras próprias.



Gráfico 9- Número de hectares em terra própria

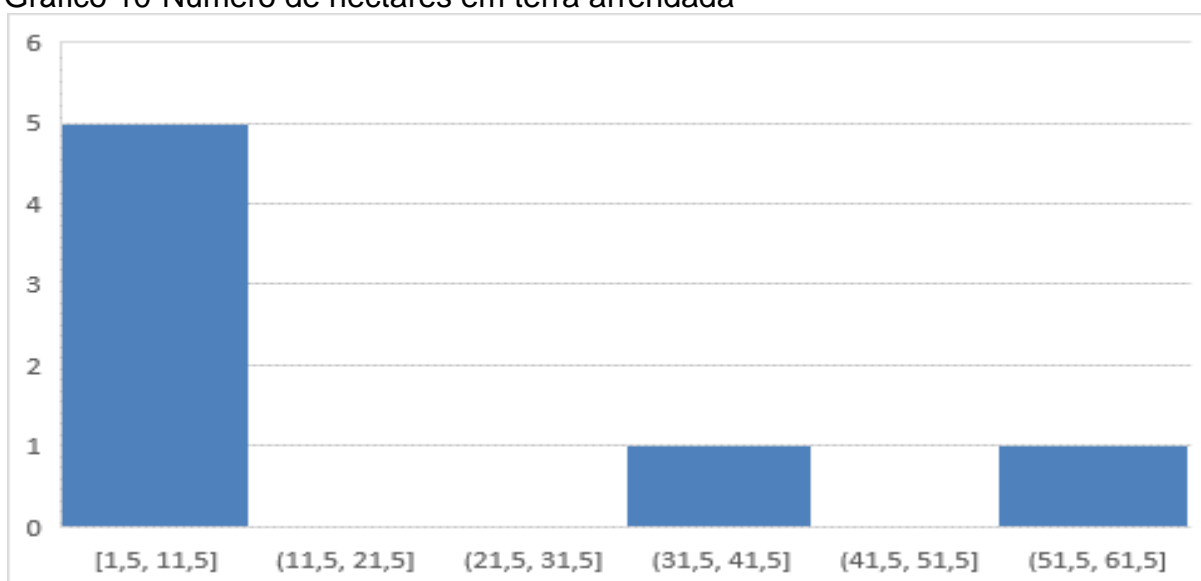


Fonte: Pesquisa de campo (2019).

O gráfico expõe que todos os 61 estabelecimentos pesquisados utilizam terra própria para a realização das atividades, portanto 100%. Desse total, 15 estabelecimentos possuem entre 5 HA e 20 HA, o que representa 24,5%. 27 estabelecimentos possuem mais do que 20 HA a 35 HA, representando 44,30%, que é o percentual mais representativo da amostra. 17 possuem área maior do que 35 HA à 65 HA, total de 28%. 1 estabelecimento possui 70 HA, 1,6% e 1 possui 96 HA, 1,6%. A média de terra por estabelecimento é de 32,1131 HA, e por ter esses dois estabelecimentos que são muito maiores do que a média, o desvio padrão dessa amostra é um pouco elevado, 16,727 HA.

Além da terra própria, alguns estabelecimentos também arrendam terras para utilizar nas suas atividades. É o que mostra o gráfico 10.

Gráfico 10-Número de hectares em terra arrendada

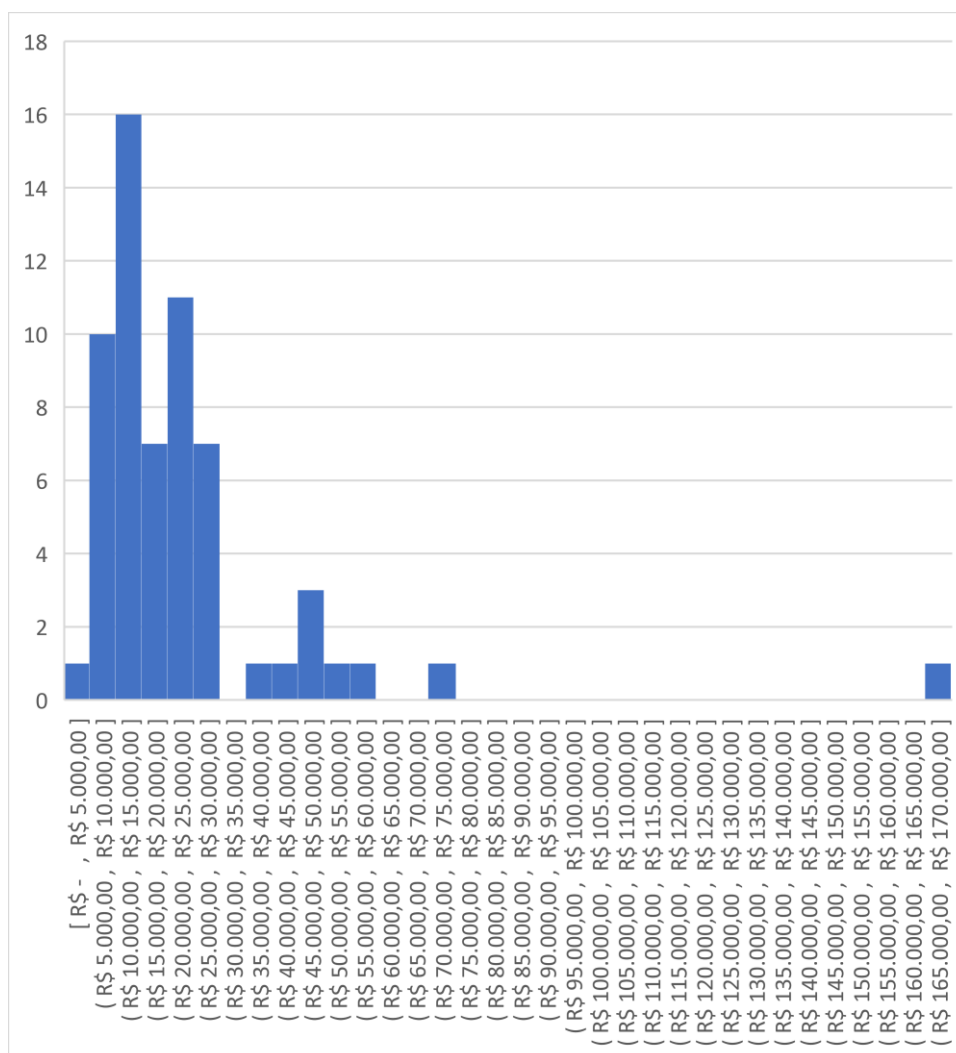


Fonte: Pesquisa de campo (2019).

O gráfico 10 indica que 7 (11,5%) dos estabelecimentos pesquisados utilizam, além das terras próprias, utilizam terra arrendada. 71,5%, o que representa 5 estabelecimentos, possuem terras arrendadas entre 1,5 HA e 11,5 HA. Um dos estabelecimentos (14,25%) possui 35 Ha de terra arrendada. Mesmos números do que possui 57 HA. A média de terra arrendada é de 16,2143 HA. O desvio padrão também é elevado, 21,4862 HA.

O gráfico 11 traz informações acerca da renda total da propriedade.

Gráfico 11– Renda mensal de toda a família

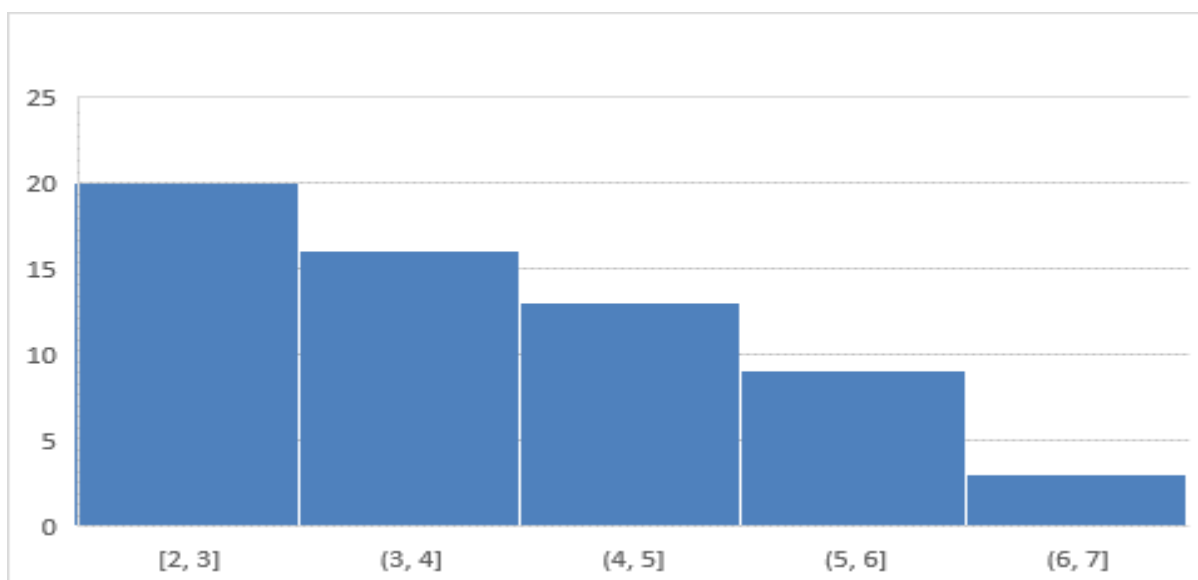


Fonte: Pesquisa de campo (2019).

A maioria das famílias, 26 do total de 61(42,64%), tem uma renda entre mais de R\$ 5.000,00 até R\$15.000,00. Do total, 7 Famílias (11,5%), tem renda entre mais de R\$ 15.000,00 até R\$ 20.000,00. Também outras 7 (11,5%) possuem renda entre mais de R\$ 25.000,00 e R\$ 30.000,00. Do total de 61 famílias, 11 delas (18%) possuem renda entre mais do que R\$ 20.000,00 e R\$ 25.000,00. Do total, 3 famílias (4,9%), tem renda entre mais do que R\$ 45.000,00 até R\$ 50.000,00. Somam ainda uma família com renda de R\$ 39.000,00, uma com renda de R\$ 43.875,00, uma com renda de R\$ 52.800,00, uma com renda de R\$ 58.500,00, uma com renda de R\$ 70.687,50 e uma com renda de R\$ 168.750,00. Um dos entrevistados não soube informar a renda total da família. O total de 4 famílias, então, respectivamente representa 1,65% cada.

O gráfico 12 traz informações acerca do número total de pessoas residentes no estabelecimento.

Gráfico 12– Número de pessoas que residem na propriedade



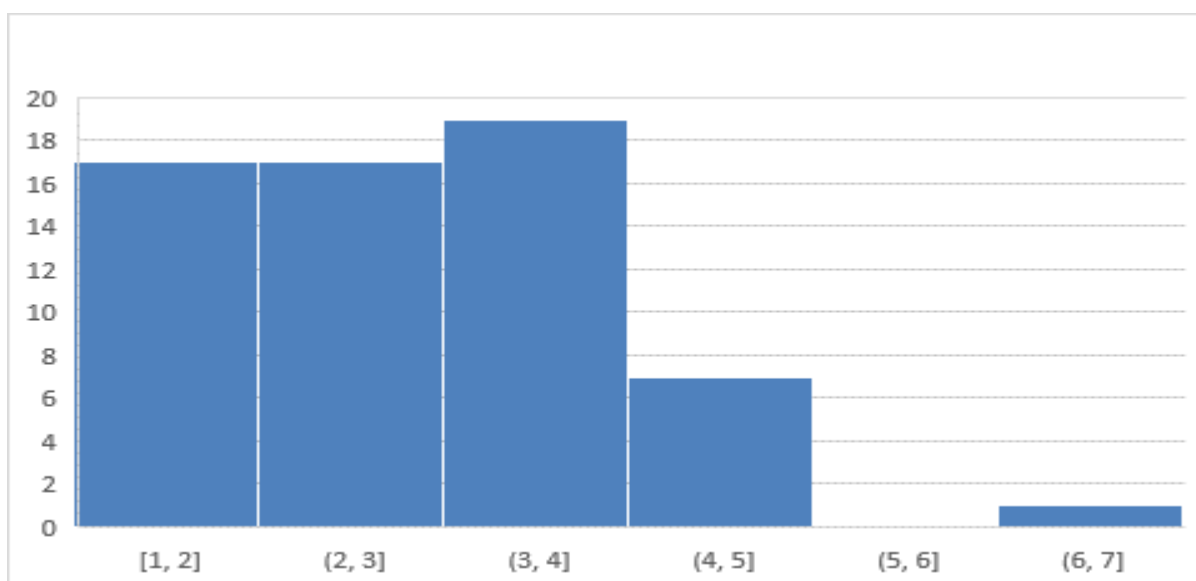
Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Um total de 20 dos 61 estabelecimentos, o que representa 32,75%, tem 2 ou 3 residentes. Um total de 16 estabelecimentos (26,25%) possui 4 residentes. Dos 61, 13 estabelecimentos (21,3%) possuem 5 residentes. Do total, em 9 (14,75%) estabelecimentos residem 6 pessoas. E, ainda, em 3 do total (4,95%), residem 7 pessoas.

Foi possível observar que a formação das famílias que residem nesses estabelecimentos é bem variada: famílias compostas apenas pelo casal, casal e filhos, casal e pais ou sogro e sogra, casal e irmão ou irmã do homem ou da mulher; ainda, em alguns casos na propriedade, residem 3 gerações daquela família e outras que há somente uma.

O gráfico 13 apresenta informações relacionadas ao número de pessoas que trabalham nas atividades da propriedade.

Gráfico 13– Número de pessoas trabalham na propriedade



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Pode-se verificar que do total de 61 estabelecimentos pesquisados, 19 (31,15%) têm 4 pessoas trabalhando nas atividades. Um total de 17 (27,85%) possui 1 ou 2 pessoas trabalhando. O mesmo total de 17 possui 3 pessoas trabalhando. Os estabelecimentos que possuem 5 pessoas trabalhando somam 7 (11,5%). Ainda existe 1 estabelecimento (1,65%) com 7 pessoas que trabalham.

Por meio das informações obtidas, verifica-se que são poucos os estabelecimentos que contratam mão-de-obra não familiar para desenvolver as atividades. Em geral, quem trabalha no estabelecimento são as pessoas que residem na propriedade. É importante observar que a falta de mão-de-obra foi um dos pontos destacados como uma das dificuldades pelos entrevistados. Mas, há algumas propriedades que contratam funcionários para trabalhar nos estabelecimentos.

Sobre a divisão do trabalho entre os membros das famílias no que se refere à atividade leiteira, cabe fazer referência ao estudo realizado por Magalhães (2009), por meio do qual verificou que a atividade leiteira, historicamente, era uma atividade feminina, mas, quando passou a ter um viés comercial e de grande importância dentro da cadeia produtiva da propriedade, os homens passaram a administrar essa atividade da porteira para fora. No caso da presente, fica bem nítida essa divisão entre os entrevistados do município.

Em geral, os responsáveis pelos trabalhos dentro dos estabelecimentos, como ordenhar, limpeza e trato com os animais são realizados pelas mulheres e filhos; porém quem toma as decisões referentes a comercialização e fornecimento de insumos, na maioria dos casos, são os homens do estabelecimento, os quais também são os responsáveis pelos trabalhos, como por exemplo, a limpeza dos pastos, plantio, entre outras atividades.

Além do leite, outras atividades também são desenvolvidas na maior parte da propriedade. As que possuem maior relevância são a piscicultura, suinocultura, fomicultura e o plantio de reflorestamentos, além da bovinocultura de corte. Algumas atividades de menor relevância também podem ser citadas, tais como a produção de hortifrutí, lenha, feno, açúcar e carvão vegetal.

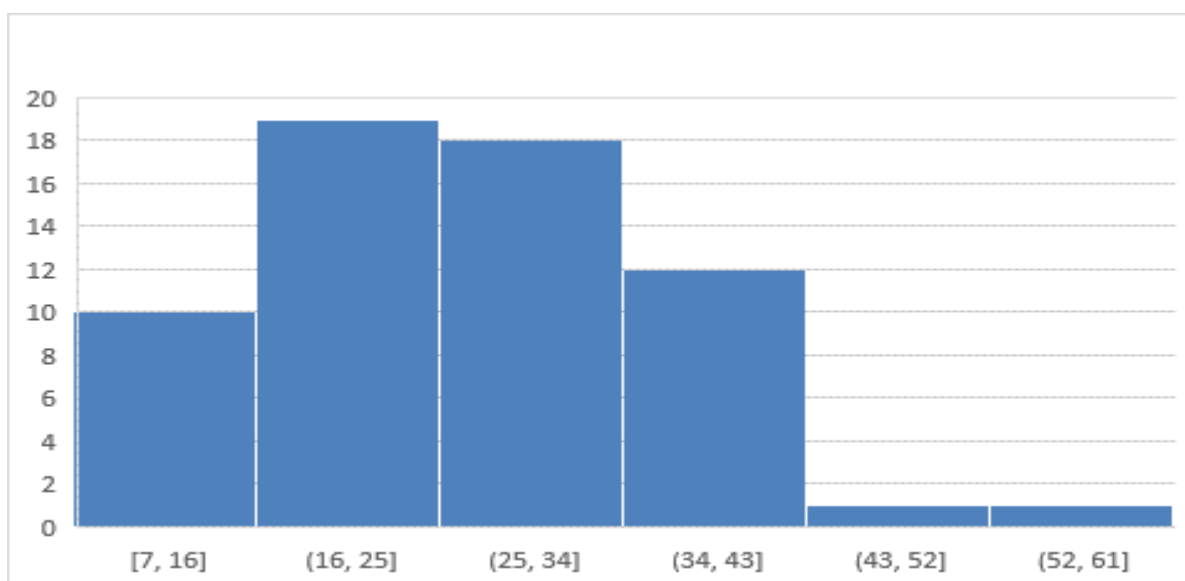
Os estabelecimentos pesquisados também produzem para a subsistência, destacando a produção de hortifrutí, ovos, carne, raízes como aipim e batata e o próprio leite.

### **3.3.3 Dados gerais sobre a produção leiteira dos estabelecimentos pesquisados**

A análise a seguir apresenta dados que retratam a produção leiteira dos estabelecimentos pesquisados por meio dos resultados obtidos junto aos entrevistados.

O gráfico 14 mostra o tempo de atuação das unidades produtivas na atividade leiteira.

Gráfico 14– Tempo de atuação na atividade leiteira (anos)

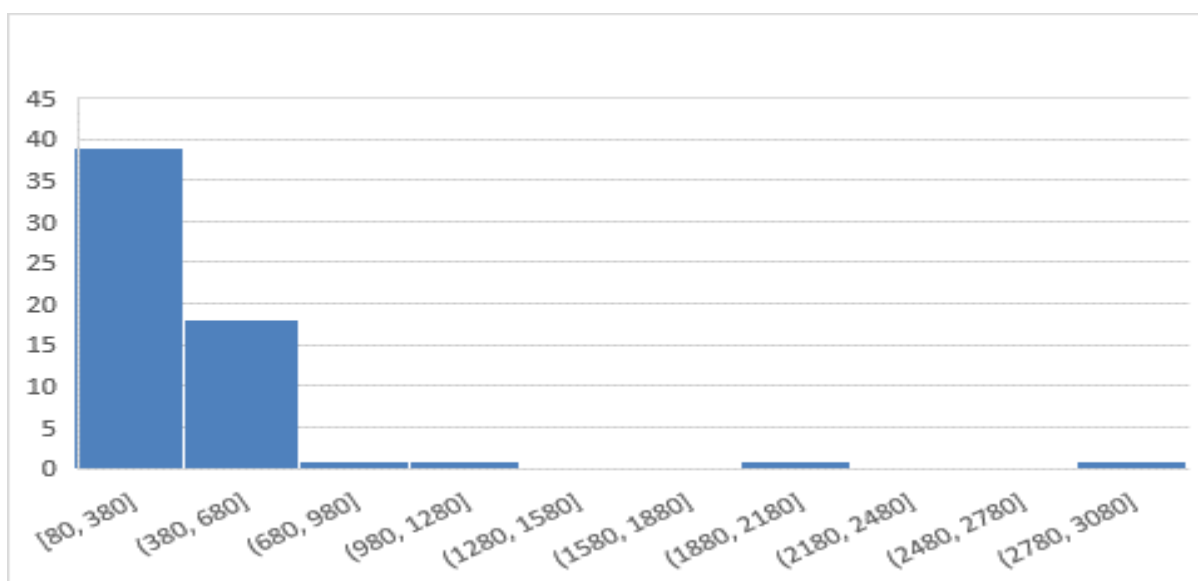


Fonte: Pesquisa de campo (2019).

A maior parte dos estabelecimentos pesquisados, 37 do total, que corresponde a 60,65%, atua na atividade leiteira há mais de 16 anos até 34 anos. Dez (16,4%) dos estabelecimentos pesquisados atuam na atividade leiteira de 7 anos a 16 anos. 14 (22,95%) do total, atuam na atividade há mais de 34 anos até 61 anos. Nem sempre essas propriedades atuaram diretamente com a atividade leiteira para a comercialização. No passado, o leite era mais utilizado na produção de derivados para a subsistência. Com a formação dos primeiros laticínios na cidade é que essa produção passou a ter um viés mais comercial.

O gráfico 15 mostra a quantidade de litros de leite produzida por dia nos estabelecimentos pesquisados.

Gráfico 15- Quantidade de litros de leite produzidos por dia



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Um total de 39 dos 61 (63,94%) estabelecimentos pesquisados têm uma produção de leite entre 80 e 380 litros por dia. Do total de 61, 18 estabelecimentos (29,5%) produzem mais de 380 até 680 litros por dia, que ficam bem próximos à média de litros de leite observada em todos os estabelecimentos pesquisados que é de 398,1967 litros. Quatro estabelecimentos produzem, respectivamente, 700 litros, 1.100 litros, 2.000 litros e 3.000 litros de leite ao dia, o que representa 1,64% cada do total de estabelecimentos. Os quatro estabelecimentos acima da média explicam o desvio padrão elevado, que é de 437,3386 litros.

A performance muito acima dos demais estabelecimentos pode ser explicada pelo sistema de confinamento ou de semi-confinamento *free-stall* que são utilizados pelos 4 estabelecimentos mais produtivos, enquanto a maior parte dos estabelecimentos pesquisados utiliza o sistema de piqueteamento

Segundo Araújo (2001), o sistema de pastejo contínuo, é o sistema tradicional onde as vacas são criadas o ano todo no pasto, indo para o curral apenas para a ordenha, e suplementação alimentar no cocho, geralmente com baixa produtividade e pastagem nativa de baixa qualidade. Há alguns casos onde as pastagens nativas são substituídas por outra de melhor qualidade, que é o caso dos estabelecimentos pesquisadas, que ainda utilizam os piquetes para controlar e manter o crescimento da pastagem.

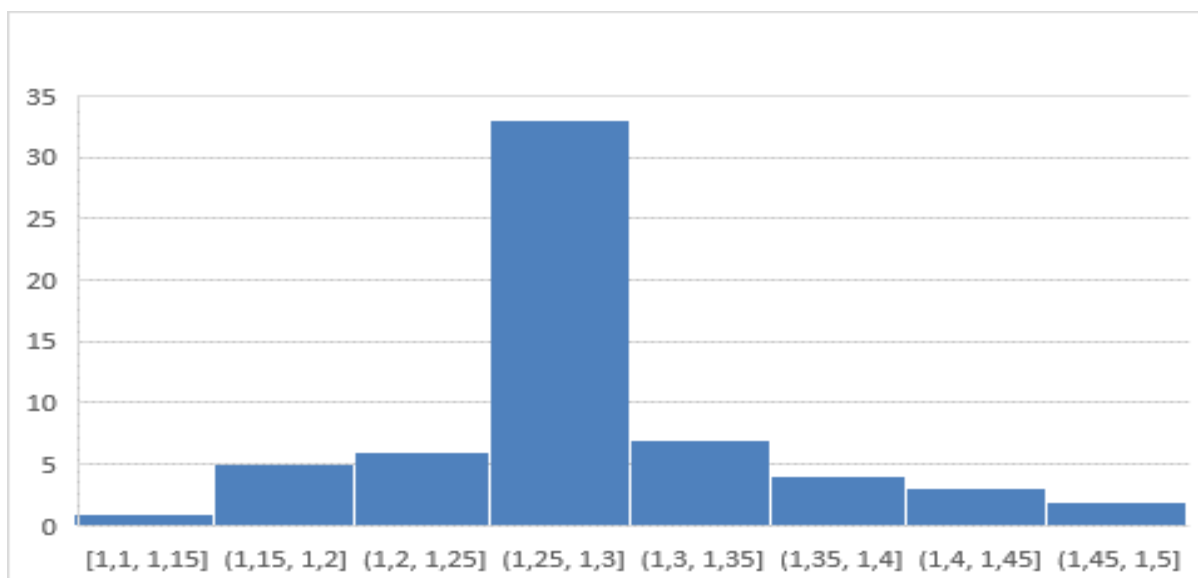


Ainda, segundo Araújo (2001), no confinamento *Free-stalls* vacas ficam confinadas em um espaço cercado, que é dividido em uma área para alimentação e exercícios e a outra em estábulos individuais forrados, para cama, destinado ao descanso dos animais. Nesse sistema, a alimentação é dada 100% no cocho, em geral é ração, embora alguns estabelecimentos forneçam algum tipo de alimento separadamente.

O sistema de confinamento, embora traga um aumento significativo na escala de produção dos estabelecimentos, tem um custo muito elevado, e as informações obtidas junto aos pesquisados mostram que o custo, já é a principal dificuldade enfrentada pelos produtores. Além do mais, outra dificuldade muito pontuada pelos pesquisados foi o controle de doenças, algo muito mais difícil de fazer em um sistema de confinamento, onde todos os animais estão em constante contato.

Segundo os pesquisados, a EPAGRI teve um papel fundamental na implantação do sistema de piqueteamento. Foi através da EPAGRI que a maioria dos pesquisados conseguiu ajuda e incentivo para implementar e comprovar a eficácia do sistema. De acordo com os entrevistados, os técnicos trabalharam junto aos estabelecimentos para medir os piquetes e para fazer o plantio e melhoramento de pastagens.

O gráfico 16 aponta informações acerca do preço do litro de leite vendido no município.



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

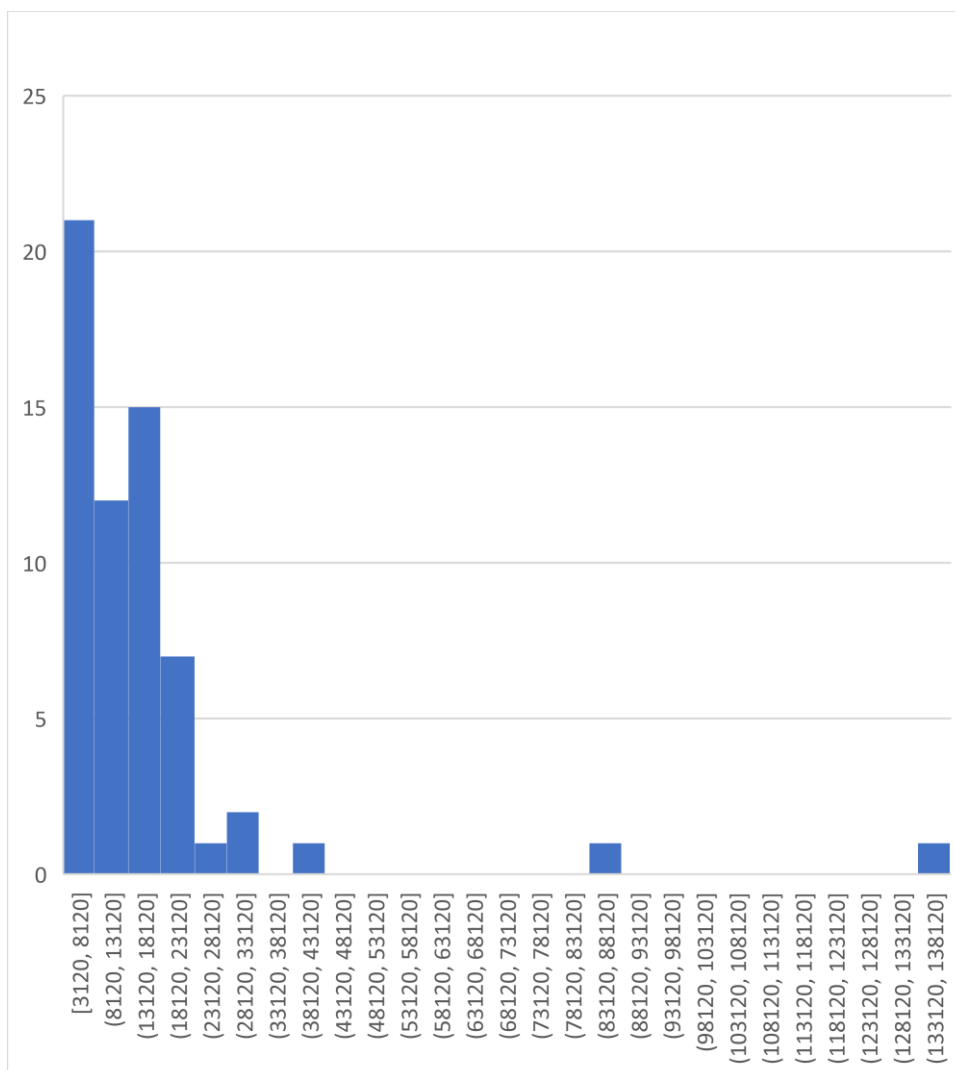
Do total de estabelecimentos pesquisados, em 33, o que representa 54,1%, o preço pago por litro de leite comercializado varia entre mais de R\$1,25 e R\$1,30. Preço esse que é muito próximo da média do preço pago a todos os pesquisados, que é de R\$1,3079. o desvio padrão é de 0,0705. Além de 12 do total, o que representa 19,67%, recebem por preço do litro de leite comercializado entre R\$1,10 e R\$1,25. Os demais, que somam 16 e representam 26,23%, recebem mais do que R\$1,30 até R\$1,50.

A pesquisa demonstrou que toda a produção do município (100%) é comercializada diretamente para os laticínios locais. Segundo os produtores entrevistados, os laticínios têm uma política de pagamento por qualidade do leite produzido. Por isso, destaca-se o importante o papel que a EPAGRI desempenha junto aos estabelecimentos, sobretudo, no que diz respeito ao melhoramento de pastagens, de rebanho e cursos e palestras com o foco em qualidade do leite produzido.

Outra importante informação colhida junto aos pesquisados é que não há nenhuma cooperativa de leite atuando na região e na organização dos produtores locais, sendo que as negociações são realizadas individualmente e diretamente com o laticínio que é quem determina o preço pago pelo leite dos estabelecimentos.

O Gráfico 17 apresenta informações acerca da renda total da produção leiteira dos estabelecimentos pesquisados.

Gráfico 17– Renda total da produção leiteira



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

A maior parte dos estabelecimentos entrevistados, 21 do total de 61 (34,4%) tem a renda proveniente da atividade leiteira entre R\$ 3.120,00 e R\$ 8.120,00. Do total, 12 (19,65%) tem a renda do leite entre mais de R\$ 8.120,00 e R\$ 13.120,00. Ainda, 15 dos estabelecimentos pesquisados (24,6%) declararam que a renda proveniente do leite varia entre mais do que R\$ 13.120,00 e R\$ 18.120,00. Do total, 7 (11,5%) dos estabelecimentos recebem entre mais de R\$ 18.120,00 e 23.120,00. Do total, 2 estabelecimentos (3,25%) tem uma renda que varia entre mais do que R\$ 28.120,00 e R\$ 33.120,00 oriunda da atividade leiteira. Ainda há um estabelecimento que tem renda de R\$ 23.400,00, um com renda de R\$ 42.240,00, um com renda de R\$ 87.000,00 e um com renda R\$ 135.000,00 oriunda da atividade leiteira, representando 1,65% cada.

Tabela 7 – Síntese da produção leiteira dos estabelecimentos pesquisados no município de Rio Fortuna/SC

<b>Anual</b>	<b>Amostra</b>
<b>Tamanho</b>	61
<b>Quantidade média produzida (Mil litros)</b>	145,3417
<b>Quantidade total produzida (Mil litros)</b>	8.865,8437
<b>Preço médio estimado</b>	1,3079
<b>Receita total leite</b>	R\$ 11.595.636,97
<b>Participação</b>	65,97%
<b>Receita total Família</b>	R\$17.577.136,53

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Com base nas informações colhidas junto aos entrevistados, levando em consideração a média paga pelo litro de leite e média de litros produzida por ano, observa-se que a receita total oriunda do leite para os 61 estabelecimentos pesquisados foi de R\$ 11.595.636,97. A média da participação da produção de leite na renda total das famílias foi de 65,97%, o que aponta que a média de renda total foi de R\$17.577.136,53 por ano.

## 4 CONCLUSÃO

Tendo como o principal objetivo, o presente estudo consistia em analisar quais são os impactos sociais e econômicos da produção leiteira no município de Rio Fortuna/SC, para isso foram estipulados cinco objetivos específicos: i) Identificar o número de estabelecimentos envolvidos com a atividade leiteira comercial no município; ii) Descrever quantidade de litros de leite produzida e comercializada, bem como o preço pago por litro de leite aos produtores; iii) Verificar como é comercializada a produção de leite (se é direto para a indústria ou passa por cooperativas); iv) Analisar o impacto do setor leiteiro na economia do município.

Com base nos dados e nas análises apresentadas ao longo do trabalho, conclui-se que no município de Rio Fortuna/SC, segundo o IBGE (2017), há um total de 398 estabelecimentos envolvidos com a atividade de bovinocultura leiteira.

No que se refere ao preço praticado na venda do produto no município, observa-se que varia entre R\$1,10 e R\$1,50. A maioria dos produtores recebe um valor muito próximo a média do preço pago, que é de R\$1,3079. Conforme dados (pesquisas), a estimativa de produção do município é de 57.054 milhões de litros ao ano.

Também, pode-se concluir pelos dados apresentados que toda a produção é comercializada diretamente para os laticínios localizados no município ou em outros municípios região. A ausência de cooperativas de leite atuando diretamente junto aos produtores impossibilita negociações coletivas de preço. As negociações, então, são feitas por cada produtor diretamente com o laticínio, que é quem determina o preço a ser pago pelo produto.

No que se refere ao impacto econômico para o município, pode-se concluir que hoje a bovinocultura de leite é a principal fonte de renda das famílias que moram na área rural. A renda bruta anual proveniente do leite para essas famílias é em média 65,97%.

Para uma análise mais completa, poderia ser utilizada também alguma variável de rendimento produtivo por animal, para poder analisar também a produtividade do estabelecimento.

Um dos limites encontrados no presente estudo se relacionou ao fato de que alguns dos entrevistados não souberam informar exatamente o percentual da

renda de cada atividade do estabelecimento. Sendo assim, os valores recebidos por cada atividade foram estimados em percentuais pelo próprio pesquisador.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Alexandre Porto de. **Estudo comparativo de diferentes sistemas de instalações para produção de leite Tipo B, com ênfase nos índices de conforto térmico e na caracterização econômica.**2001. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) -Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da Universidade de São Paulo, Pirassununga/SP, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/74/74131/tde-28102002-151807/pt-br.php>>. Acesso em: 11 jun.2019.

CIÊNCIA E COGNIÇÃO. **Determinação do Tamanho de uma Amostra.** Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/portal/wp-content/uploads/2011/09/Tamanho-da-Amostra-1-1.pdf>. Acesso em: 08 abr.2019.

FERRARI, D. L. et al. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas**, SP, v.35, n.1, jan. 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/ie/2005/tec2-0105.pdf>. Acesso em: 06 nov.2018.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a07v52s1.pdf>. Acesso em 05 nov. 2018.

MAGALHAES, Reginaldo Sales. A "masculinização" da produção de leite. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/resr/v47n1/v47n1a10.pdf>. Acesso em 04 nov.2018.

OLIVEIRA, Luis Fernando T.; SILVA, Sandro P. Mudanças Institucionais e Produção Familiar na Cadeia Produtiva do Leite no Oeste Catarinense. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n4/a07.pdf>. Acesso em 03 nov.2018.

SCHNEIDER, Sergio. Evolução e Características da Agricultura Familiar no Brasil. Serie **Revista Alasru**, Nueva época n.9, 2014. Disponível em: <https://www.alasru.org/pdf/ALASRU914final.pdf>. Acesso em: 02 nov.2018.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, 2018. Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572010000300009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 02 nov.2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>. Acesso em: 06 nov.2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/308/304>. Acesso em: 06 nov.2018.



**APÉNDICE(S)**

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PRODUTORES DE LEITE

### I – CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1) Sexo: [ ] F [ ] M

2) Idade? Anos

3) Estado Civil? Escolaridade? Quantas pessoas residem na propriedade?

Total. 4) Quem são (pais, filhos, etc...)?

5) Quantas pessoas trabalham na propriedade? Alguém trabalha fora (onde)?

Os filhos trabalham na propriedade? Estudam (série)?

6) Possui terra própria? [ ] não Arrendado no [ ] hectares [ ] sim terra própria no: [ ] hectares.

7) Além do leite que produtos são comercializados pela família?

Produz pro – gasto (consumo da família)? [ ] não se sim [ ] quais produtos?

Quais são as formas de comercialização da produção?

8) qual é a renda total mensal da família: R\$\_\_\_\_\_ Da produção leite \_\_\_\_\_% Do trabalho fora \_\_\_\_\_ % Da aposentadoria \_\_\_\_\_ % outros: quais? \_\_\_\_\_ %

### II – ATIVIDADE LEITEIRA

9) Há quanto anos trabalha com leite: \_\_\_\_\_ Anos. Quantidade de litros produzida por dia: \_\_\_\_\_ litros.

Utiliza piqueteamento (PRV - Pastoreio Racional Voisin) ( ) não ( ) sim, por que implantou este sistema?:

Você pretende mudar o sistema a base de pasto para o freestall (confinamento)? Se Sim ( ) Porquê? se não ( ) Porquê?

10) Quais são as dificuldades para modernizar atividade?

Quais são as dificuldades para aumentar a escala de produção?

Quem incentivou/a aquisição de novas tecnologias?

11) Como ocorre a divisão do trabalho na produção do leite? O que você faz?

Sua/seu esposa/o:

Seus/suas filhos/as:

Outros/as (quem?):

Quem controla (administra) a atividade leiteira na propriedade?

12) quando tem cursos sobre a atividade leiteira, quem participa? ( ) somente você. ( ) sua esposa ( ) seus Filhos

Qual é o critério de escolha de quem participa:

13) Sobre o destino do leite produzido: Quem recolhe na propriedade:\_\_\_\_\_ Quem escolhe o laticínio:\_\_\_\_\_

Quem decide o preço de venda?

Qual é o preço do litro de leite?

Você está satisfeito com o preço de venda? ( ) sim ( ) não: Por que?

14) Quais são as dificuldades da produção de leite?

15) Gostaria que seu/sua filho/a sucedesse (continuasse) nas atividades da propriedade ( ) sim ( ) não. Por quê?

O que você está fazendo para ele/a ficar na propriedade?

16) Em caso de não ter sucessor, qual é o futuro da propriedade?